

documento importante para que ela possa se aposentar. Ela é professora e tem o direito, mas não saiu, ainda, a liquidação de tempo, que é um documento essencial para que o processo possa ter seu prosseguimento.

A informação que nós temos é de que o processo dela ainda voltou para a Diretoria de Ensino de Apiaí, por erros. Quer dizer que essa professora já está há um ano esperando por sua aposentadoria - e, pelo jeito, vai demorar muito mais, se não houver a intervenção da Secretaria da Educação e da SPPrev.

Cito, também, o caso da professora Maria José Coelho, da Escola Estadual Fernando Pessoa, da Diretoria Leste-3. Há dois anos, tenta averbar tempo de serviço e também não consegue, por conta da burocracia.

A professora Naila Maria de Souza Viscera, da Escola Estadual Anselmo Bertoncini, da Diretoria de Ensino de Botucatu, tinha se aposentado e foi desapensada. Olhem, que absurdo! Voltou para cumprir faltas médicas e licenças - e ainda não houve a publicação do processo dela. É um absurdo total. Essa é uma professora desapensada.

Entra naquele tema que temos debatido: o Estado não reconhece como tempo de aposentadoria as faltas e licenças médicas - o que é um verdadeiro absurdo. É um verdadeiro crime contra os nossos servidores, porque a professora, mesmo estando em licença médica, continua contribuindo com a SPPrev. Há desconto no salário dela. Então, ela tem o direito de se aposentar.

Há um caso que já citei e vou citar de novo: o da Roselayne Duarte Ammirabile, da Escola Estadual Primo Ferreira, também da Diretoria de Santos. Esse é um caso gravíssimo, que tem a ver com o Departamento de Perícias Médicas. Já denunciamos, inclusive, aqui, na tribuna. Ela foi à perícia. O médico não estava. O médico faltou e foi ela quem acabou pagando a conta da falta do médico, porque o processo dela foi indeferido. Há dois meses, estão descontando o salário dessa professora. Então, ela teve desconto no seu salário, sendo que ela foi até o Departamento de Perícias Médicas, mas, por conta da falta do médico, ela está sendo punida. É um verdadeiro absurdo esse caso.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Eu citei, aqui, seis casos. Seis professoras estão sendo humilhadas, atacadas nos seus direitos fundamentais - de aposentadoria, de publicação de suas licenças médicas.

Gostaria, então, que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas para a Secretaria Estadual de Educação, para a SPPrev - a São Paulo-Previdência - e, também, para o Departamento de Perícias Médicas. Que providências imediatas sejam tomadas, para que haja a agilização e resolução desses seis processos - dessas seis professoras, que estão sendo despeitadas pelo governo estadual. Que elas tenham, imediatamente, as publicações das suas respectivas aposentadorias feitas no “Diário Oficial” - e, também, da licença médica da professora que foi penalizada pela perícia médica. Era o que tinha a dizer em relação a esse caos na publicação dos processos.

Agora, falarei sobre o que vem acontecendo na Rede Estadual de Ensino. Hoje, saíu uma matéria publicada na “Folha de S.Paulo”, no caderno “Cotidiano”, dando conta das denúncias que já vimos fazendo a semana inteira, sobre os cortes do Orçamento na Educação no estado de São Paulo. A matéria diz: “Alckmin corta verba e orientador de escolas. Medida do governo provoca falta de suprimentos como papel higiênico, cartolina e guache em colégios estaduais.”

É o que eu disse: desde o final do ano passado, o governo estadual cortou as verbas para que as escolas comprassem papel higiênico, copos, desinfetante, material de limpeza, cartolina, papel sulfite. Houve um corte. O governador ganhou a eleição e, em seguida, deu um golpe na Educação do estado de São Paulo, golpeou crianças, adolescentes, professores, cortando verbas dessas escolas.

As escolas iniciaram o ano letivo, como coloca muito bem matéria da “Folha de S.Paulo” de hoje, sem papel higiênico, sem cartolina, sem lápis, sem caneta, sem nada. As escolas estão zeradas por conta desse corte orçamentário. O governador Geraldo Alckmin está fazendo economia em cima da Educação pública, que já está sucateada, degradada. O governador dá um tiro de misericórdia e corta o resto de oxigênio que ainda resta na rede estadual.

Como se não bastasse esse ataque à infraestrutura material das escolas estaduais, o governador faz outro ataque, tão perverso quanto esse, retirando os coordenadores pedagógicos das escolas estaduais, o que é um absurdo total. A escola precisa de gestores, diretores, assistentes, coordenadores pedagógicos e professores. Para fazer economia, ele cortou os coordenadores pedagógicos, os orientadores, que são as pessoas que trabalham com os professores, dando-lhes todo o suporte pedagógico.

O cargo de coordenador pedagógico é fundamental. A prefeitura de São Paulo tem o cargo, que é por concurso público. Cada escola de Ensino Fundamental tem, pelo menos, dois coordenadores pedagógicos. É um cargo fundamental em várias redes de ensino do Brasil, e o estado de São Paulo ainda não tem esse cargo; não tem concurso público porque é um cargo precarizado do ponto de vista da contratação. Mesmo assim, o que tínhamos, o governo retirou; praticamente acabou com o coordenador pedagógico de várias escolas da rede estadual.

Sem contar que fechou turnos, períodos, salas de aula em todo o estado, superlotando outras salas já superlotadas. Então, é o caos da Educação, o apagão da Educação. Temos o apagão da água em São Paulo e, agora, o apagão da Educação: falta papel higiênico, falta copo, falta professor, e o governo do estado retira o coordenador pedagógico das escolas.

É uma situação jamais vista no governo do estado de São Paulo, e é por isso que acionamos o Ministério Público. Estamos pedindo a convocação do secretário de Educação para explicar isso na Comissão de Educação. Peço aos deputados que façam movimentações, gestões junto ao governador Geraldo Alckmin para que ele não ataque a Educação, para que dê recursos para a Educação do estado de São Paulo. A situação é tão grave que até mesmo a imprensa, que sempre blinda o governador Alckmin - como a “Folha de S.Paulo” e a “Rede Globo” -, já não consegue segurar mais. A blindagem tem limite. Chega um momento em que a situação transborda e nem esses órgãos de comunicação que são mais próximos, que blindam... Fazemos denúncias aqui e não sai nada na “Rede Globo”, na “Folha de S.Paulo”, na “Veja” e também em outras emissoras sobre o governo Alckmin.

Mas as denúncias vão se acumulando tanto, tanto que nem a “Rede Globo” e a “Folha de S.Paulo” conseguem segurar porque a situação é muito grave. É como a questão da água. A imprensa tenta contornar, segurar, mas não dá mais. Depois vou falar sobre isso. Falei agora do apagão da Educação e registro matéria publicada hoje, na “Folha de S.Paulo”: “Alckmin corta verba e orientador de escolas da rede estadual de Ensino”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra a nobre deputada Constância Félix.

A SRA. CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelenteíssimo Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, quero cumprimentar a todos.

Eu gostaria de falar hoje sobre a Aneel, agência que regula a energia e a iluminação pública no Brasil. Ela resolveu que a manutenção da iluminação pública - troca de lâmpadas queimadas nas ruas, por exemplo - deve ser feita pelo município, e não pelas concessionárias. Começou então uma crise e os municípios não estão conseguindo mais montar departamentos eficientes para isso; muitos deles não conseguem pagar.

Em Limeira há muitas ruas escuras, com lâmpadas queimadas que não foram trocadas. O presidente da Câmara de Limeira, o Nilton Santos, homem inteligente, teve uma brilhante ideia: formar um consórcio entre as cidades vizinhas para a manutenção comum a elas. O custo seria menor, seria mais fácil para pesquisar alternativas e até para se adotar lâmpadas de led ou vapor metálico, que é a luz branca, que ilumina mais, dando maior segurança.

Quero então indicar ao Sr. Governador que promova estudos junto aos municípios para a formação de consórcios, assim como já existem consórcios de águas, de manutenção de estradas e de vários outros assuntos, que já são tratados de forma regional. A manutenção da iluminação também pode ser assim tratada. É mais vantajoso, mais econômico e mais eficiente. O que não se pode é deixar as ruas e praças escuras, com lâmpadas queimadas.

Quero parabenizar o presidente Nilton Santos. Sr. Vereador, vamos continuar com esse assunto.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é o Palhaço Beijinho. Já falei ontem sobre isso, mas quero reforçar hoje. Quero propor que se coloque esse nome - Palhaço Beijinho - em um dos circos do Festival Nacional dos Circos, assim como já existem os circos do Palhaço Arrelia ou do Palhaço Carequinha. Seria de grande relevância. Quero homenagear o Sr. Gerônimo Silva, homem que dedicou toda a sua vida ao circo. Era pai de Edson e Hudson, uma das maiores duplas de cantores do Brasil, da qual tenho orgulho por serem cidadãos limeirenses. Amigos Edson e Hudson! Quero agradecer aos dois pelo que significam para a nossa cidade e para o nosso País, mas agradeço especialmente ao Edson, por ser uma pessoa humana, lutadora, de bom humor, de espírito para cima; uma das melhores vozes do Brasil. Limeira e o Brasil têm uma admiração muito grande por vocês.

Sr. Presidente, terceiro assunto: ontem, estive no lançamento do pedra fundamental da Mercedes-Benz em Iracemápolis; inclusive falei sobre isso ontem. Fica na região de Limeira.

Hoje, quero parabenizar os vereadores que lutaram por essa conquista e que estavam no assento também. Estavam no lançamento da pedra fundamental todos esses vereadores: o Valdinho, o Pedrão do Noé, a Missionária Elaine, o Valdenito, o Donizete Aparecido, o Juquinha do Ponto, além da vice-prefeita Denise.

Também gostaria de apoiar a solicitação que o prefeito Valmir, da cidade de Iracemápolis, fez ao governador, da duplicação da rodovia que fica entre Limeira e Iracemápolis. O governador sinalizou que assumirá obras tanto nessas estradas como na estrada que vai de Iracemápolis a Santa Bárbara d’Oeste. Quero reforçar o pedido, lembrando o governador estadual de colocar essas obras no Orçamento de 2016.

Novamente quero parabenizar Iracemápolis, os vereadores, o prefeito, enfim, a nossa região pelo privilégio de poder sediar uma fábrica da Mercedes-Benz.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Nobre deputado Giannazi, a Presidência tomará as providências necessárias para que cópia do pronunciamento de V. Exa. seja encaminhada aos órgãos competentes, conforme solicitado.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem realizamos uma grande audiência pública aqui na Assembleia Legislativa, no Auditório Franco Montoro, debatendo a situação do colapso no abastecimento de água no estado de São Paulo. Tivemos a presença de vários militantes ambientalistas, de vários setores da população, entidades. A Mesa foi composta por muitos técnicos. Tivemos a presença na Mesa, fazendo uma grande intervenção, do Prof. Dr. Antonio, da Unicamp, especialista em recursos hídricos; do Prof. Antonio Carlos Zuffo, um dos maiores especialistas do Brasil nessa área; do engenheiro e Prof. José Roberto Kachel, que trabalhou 30 anos na Sabesp e conhece com profundidade todo processo de abastecimento de água da Grande São Paulo; do deputado federal Ivan Valente, do PSOL, que participou ativamente da discussão do Código Nacional Florestal, enfim, foi uma audiência pública extremamente concorrida, durou cinco horas, uma das audiências públicas mais longas da Assembleia Legislativa. Começamos às 17 horas e fomos praticamente até as 23 horas, com muito debate, com muita discussão. O fato é que todas as intervenções praticamente apontaram para um cenário muito tenebroso e muito sombrio, porque os efeitos do colapso já se fazem presentes. Já temos em São Paulo o aumento da dengue provavelmente fruto dessa crise de abastecimento de água; já temos a elevação no preço da água mineral, enfim, um cenário muito ruim. Várias regiões da cidade estão sendo penalizadas com a falta constante de água, mas o fato é que o cenário à frente continua difícil porque não chove na quantidade minimamente esperada, então temos um cenário sombrio pela frente.

O Prof. Zuffo disse que a única alternativa, que também não resolve a situação, mas daria uma amenizada, seria usar a água da Represa Billings, uma água altamente poluída pelo esgoto do Rio Pinheiros, mas que a água poderia ser utilizada pelo menos para a limpeza e descarga de banheiro. Para tomar banho não, para lavar roupa também não, muito menos para ser ingerida. Foi a única proposta que apareceu porque seria melhor do que não ter nenhum tipo de água. Discutimos muito também as causas, o que tem levado a essa crise no abastecimento de água. Foi consenso que não se trata de uma crise da natureza, não vamos criminalizar a natureza, nem São Pedro. Na verdade, esta é uma resposta dada pela natureza. A natureza está respondendo ao desmatamento, à poluição, a esse modo de vida que temos que é predatório do meio ambiente, o nosso consumismo, enfim, um consumo irresponsável do ponto de vista da preservação ambiental, mas, sobretudo, é uma crise pela falta de planejamento, pela irresponsabilidade do governo estadual que já tinha sido alertado desde 2004, inclusive em 2009, como disse ontem aqui.

O governo já sabia e não tomou nenhuma providência. O que se espera de um governo é que ele faça planejamento para o futuro, que analise cenários futuros e faça previsões para o melhor e para o pior cenário. E o governo parece que só fez previsão para o melhor cenário e não fez investimento.

Na audiência pública houve praticamente um consenso de que houve crime de responsabilidade e improbidade administrativa do governador Geraldo Alckmin, do ex-governador José Serra, dos governos do PSDB que desgovernam o estado de São Paulo há 20 anos. Eles causaram esse verdadeiro apagão na água. Essa crise que estamos vivendo, e que tende a piorar, tem uma causa: Geraldo Alckmin, do PSDB.

O governo deve ser punido, e, por isso, protocolei uma representação no Ministério Público Estadual pedindo para que impute o governador Geraldo Alckmin por crime de respon-

sabilidade e por improbidade administrativa, juntamente com a ex-presidente da Sabesp e os secretários de Recursos Hídricos. Eles cometeram a omissão criminoso. Onde estava todo mundo? E as agências reguladoras, o Dae, a Arspes e a ANA? Temos técnicos e engenheiros especializados desses órgãos, que são contratados e são sustentados com o dinheiro público, para quê? Para nada. O secretário do meio ambiente fez o quê? Absolutamente nada. É o estado mais rico da América Latina com um dos maiores orçamentos do mundo, no ponto de vista de estados, e deixou a situação chegar nesse nível. Temos de tomar medidas punindo os culpados. Mesmo com toda essa crise, o governador não vem a público para decretar calamidade pública, plano de contingência. O governador é covarde porque fica se escondendo, como se nada estivesse acontecendo no estado de São Paulo.

Foi esse então o teor da nossa audiência pública de ontem, Sr. Presidente. Vamos continuar pressionando o Ministério Público, a Sabesp e as agências reguladoras para que providências sejam tomadas com transparência. A população tem o direito de saber o que está acontecendo, o que vai acontecer e qual é o plano “B” para essa situação, tenebrosa e sombria, que se aproxima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da Sessão Solene a realizar-se hoje às 20 horas, com a finalidade de homenagear os 100 anos da União Agrícola Barbarenses.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 9 minutos.

* * *

9 DE FEVEREIRO DE 2015

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidente: JOOJI HATO

Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Convida todos para participarem de audiência pública, amanhã, às 19 horas, no Plenário José Bonifácio, em defesa dos direitos e dignidade dos agentes de organização escolar. Ressalta o descaso com que são tratados estes servidores pela Secretaria Estadual de Educação e governo estadual, recebendo um salário base de 910 reais. Afirma serem trabalhadores estratégicos, responsáveis pela escrituração da escola, manutenção de prontuários, emissão de certificados e histórico escolar. Registra o recebimento de carta de um agente de organização escolar com um relato fiel da verdadeira situação da categoria.

3 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Afirma ter criado em Limeira a Escola do Trabalho, com o objetivo de capacitar pessoas para atuar nas indústrias e no comércio. Informa que a mesma não existe mais na cidade. Ressalta a importância desta entidade na capacitação de pessoas. Diz que fará uma indicação ao governador Geraldo Alckmin para que crie estes cursos em todo o estado de São Paulo. Discorre sobre o consórcio de manutenção na rede de iluminação dos municípios da região de Limeira.

4 - DILADOR BORGES

Agradece o governador Geraldo Alckmin pelo apoio dado à sua região. Menciona que o governador esteve em Araçatuba e região no dia 31, liberando verbas para diversas áreas, inclusive para mais de dez Apaes. Informa a presença do governador no dia sete, na região de Osvaldo Cruz, para liberação de mais recursos. Pede que os cidadãos não percam a capacidade de se indignar. Discorre sobre as cifras envolvidas no caso da Petrobras, semelhantes ao orçamento de Araçatuba em um ano.

5 - CARLOS GIANNAZI

Exibe matéria de jornal sobre o abastecimento de água em São Paulo. Afirma que o governo estadual está omitindo da população a real dimensão da crise hídrica do Estado. Ressalta que o governo não oferece segurança hídrica para a população e que não há transparência. Tece críticas ao governador no que tange ao conteúdo apresentado na matéria. Informa que entrou com representação no Ministério Público para solicitar a impugnação do governador.

6 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Para comunicação, informa a presença do vereador William Affonso, de Araraquara. Diz ser o mesmo grande defensor dos animais. Parabeniza o trabalho do vereador.

7 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Requer o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.

8 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 10/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de “Comemorar os 85 anos do Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Vai-Vai”. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectadores da TV Alesp, gostaria de convidar a todos para participarem de uma grande audiência pública que vamos realizar amanhã - dia 10 - às 19h, no plenário José Bonifácio. Trata-se de uma audiência pública em defesa dos direitos e da dignidade dos agentes de organização escolar da rede estadual do ensino, categoria fundamental que trabalha nas nossas mais de quatro mil escolas. São servidores totalmente marginalizados pela Secretaria Estadual de Educação, pela Secretaria de Gestão Pública e pelo governo estadual. São marginalizados do ponto de vista salarial, pois o salário-base de um servidor dessa categoria é aviltante: apenas 910 reais.

Apesar de ser um funcionário estratégico numa escola pública, esse profissional da Educação é extremamente desvalorizado pelo governo. Tem um vale-refeição - conhecido também como vale-coxinha - de oito reais. E trabalha muito mais de oito horas por dia, porque há um excesso de trabalho. Esse servidor carrega praticamente a escola nas costas. Trabalha 12, 13, 14 horas por dia, e não recebe hora extra. O agente de organização escolar é responsável pela escrituração da escola, pela manutenção dos prontuários, pela emissão dos certificados, do histórico escolar e, muitas vezes, pela folha de pagamento dos funcionários e professores. É um trabalho muito importante, tanto do ponto de vista dos alunos como dos professores e outros servidores. Sem contar que acaba tendo outras funções importantes: muitas vezes, ele é o inspetor de alunos e o vigia da escola, além de controlar o almoxarifado.

Porém, essa importante categoria profissional não tem seu reconhecimento pelo governo. Como diretor de escola, sei da importância desse profissional, que oferece todo o suporte, inclusive para os diretores poderem trabalhar. Conheço muitos agentes de organização escolar que, muitas vezes, acabam também realizando o trabalho que seria da própria gestão. Dependendo da situação, na falta do diretor, são esses servidores que acabam assumindo a responsabilidade de dirigir a escola. De maneira informal, na prática são eles que coordenam o trabalho de gestão na falta do diretor. Então, é inadmissível que o governo Alckmin, que o governo do PSDB, trate com tanto descaso os agentes de organização escolar.

Amanhã, terça-feira, às 19 horas, no plenário José Bonifácio, haverá uma audiência pública em defesa dos direitos e da dignidade dos servidores da Educação, dos agentes de organização escolar.

Convido os deputados e deputadas e convido a Secretaria da Educação a virem aqui, para que possam ouvir as reivindicações e ter uma noção do que está acontecendo nas escolas estaduais, com os agentes de organização escolar.

Quero registrar, Sr. Presidente, que nós recebemos uma carta aberta de um agente de organização escolar, que eu acho que todos os deputados receberam. Essa carta, aberta, ele mandou para a sociedade e para o governo, relatando não só a função e o trabalho do agente de organização escolar, mas, sobretudo, qual é o seu sofrimento, como ele sofre hoje para poder realizar a sua função, principalmente essa situação de desvalorização salarial e das condições de trabalho.

Esta carta é muito importante, Sr. Presidente. Ela é um relato fiel da verdadeira situação dos agentes de organização escolar.

Eu gostaria que esta carta fosse publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo para que toda a sociedade - sobretudo os próprios deputados - tenha acesso às informações, para que nós possamos fazer coro aqui em relação às reivindicações dos servidores.

E fazer aqui, além disso, gestões junto ao governo estadual, junto à Secretaria Estadual de Educação e junto à Secretaria de Gestão Pública, para que as reivindicações dos agentes de organização escolar sejam imediatamente atendidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental.

Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Mentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra a nobre deputada Constância Félix.

A SRA. CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, enquanto estive no serviço público da minha cidade, Limeira, eu criei a escola do trabalho.

A escola do trabalho tem a finalidade de atender empresas, indústrias e comércio. Por exemplo, uma empresa está precisando de empilhadeira. Então a empresa nos procura e nós o procuramos, capacitamos esse funcionário e o direcionamos à empresa.

A empresa na construção civil está precisando de pedreiros e serventes. Trabalhamos nesse sentido, capacitando e encaminhando para a empresa.

Nós lamentamos hoje muito por isso. Porque atualmente a escola do trabalho não existe mais na nossa cidade. Hoje, o que existe é um trabalho mais voltado para a área social, o que também precisamos ter.

Mas eu gostaria realmente de dizer da importância de se ter no município algo que possa facilitar essa pessoa, capacitar essa pessoa, vendo as aptidões, se a pessoa tem habilidade, perfil.

Nós fizemos um trabalho maravilhoso. Muitas empresas, hoje, estão reclamando, inclusive, por não ter esses profissionais atuando na cidade e ajudando as empresas nesse sentido.

Com isso, eu gostaria de indicar ao nosso governador - porque nós tivemos um resultado muito positivo - para que ele crie esses cursos no Estado, que possa capacitar essas pessoas de uma forma mais direcionada. Que as empresas tenham essa facilidade de chegar até essa escola e, a partir daí, nós capacitarmos esses funcionários.

Seria de grande valia para o nosso Estado, e eu gostaria muito que isso pudesse ser feito. Será uma indicação nossa.

Quero falar, também, de outra coisa. Dias atrás, eu falei, inclusive, sobre o consórcio de manutenção na rede de iluminação dos municípios. Nós sabemos que, agora, a Aneel, a agência reguladora, passou isso para os municípios. Então, na nossa cidade, o presidente da Câmara de Limeira, o vereador